

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DA IGNORÂNCIA: Entrevista com Cynthia Lins Hamlin¹

Cynthia Lins Hamlin²

UFPE: <https://orcid.org/0000-0002-8370-2192>

Alyson Thiago F. Freire³

IFRN: <https://orcid.org/0000-0001-6673-6289>

Lucas Trindade da Silva⁴

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-3390-2046>

DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23010>

Em primeiro lugar, gostaríamos de exprimir a honra e a alegria que você nos proporciona ao aceitar o convite. Para iniciar, como você percebe a importância da pesquisa científica e da educação, na efetivação de relações democráticas?

Eu é que agradeço o interesse e a oportunidade. Colocando a questão de maneira bem simples, a ciência e a educação podem permitir melhores escolhas em processos eleitorais e de tomada de decisão, assim como uma maior capacidade de avaliação e de cobrança dos governantes eleitos. Além disso, as democracias dependem da ciência para promover políticas públicas eficientes, inclusive voltadas para a ampliação da participação política e de formas de redistribuição para a construção de sociedades menos desiguais. No entanto, isso não pode ser considerado de maneira absoluta, como uma via de mão única que vai do conhecimento à governança. Se esse fosse o caso, tecnocracias (um estilo de governança em que apenas especialistas deveriam formular as políticas) e

¹ Cynthia de Carvalho Lins Hamlin é doutora em Pensamento Político e Social (Sociologia) pela Universidade de Sussex (1997). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência em Teoria Social, Filosofia das Ciências Sociais e Metodologia das Ciências Sociais, com ênfase em realismo crítico, hermenêutica, epistemologia feminista e teorias da ação. Dentre os diversos artigos científicos publicados destacamos: “An exchange between Gadamer and Glenn Gould on hermeneutics and music” (Theory, Culture and Society), “Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas” (Revista Brasileira de Ciências Sociais) e “The Return of the Native: a cultural and socio-psychological critique of Durkheim’s suicide based on the Guarani-Kaiowá of South-Western Brazil” (Sociological Theory), em co-autoria com Robert Joseph Brym. Publicou, pela editora Routledge, o livro “Beyond Relativism: Raymond Boudon, Cognitive Rationality and Critical Realism” e é co-autora do livro “Sociologia: Sua Bússola Para um Novo Mundo”, publicado pela editora Cengage.

² Email: cynthiahamlin@hotmail.com.

³ Email: alyson.freire@ifrn.edu.br.

⁴ Email: trindadelucas88@gmail.com.

epistocracias (um estilo de governança em que apenas especialistas deveriam votar ou participar de processos decisórios) seriam uma boa ideia. E por que não são? Porque, ao se distanciarem da influência e do escrutínio público, acabam promovendo justamente o enfraquecimento das democracias, que necessariamente pressupõem a participação da sociedade civil.

Isso não é um problema apenas para a democracia em si, mas para a própria ciência. Se abandonarmos as perspectivas positivistas ingênuas, que consideram o conhecimento científico como algo absolutamente neutro, objetivo, apartado de valores sociais e de interesses econômicos e políticos - mito que a história da ciência já fez cair por terra -, duas coisas ficam evidentes: a primeira é que cientistas e especialistas de todo tipo não produzem conhecimento em um vácuo social, mas a partir de pontos de vista socialmente compartilhados, que implicam vieses específicos; a segunda é que esses vieses orientam não apenas o tipo de problema considerado relevante o suficiente para merecer investigação, mas mobilizam estoques de conhecimento específicos, sob a forma de teorias, métodos etc. que iluminam determinadas questões em detrimento de outras. Isso significa que a ciência, ao mesmo tempo em que produz conhecimento, produz suas próprias formas de desconhecimento ou ignorância. Também é importante reconhecer que o conhecimento científico e sua aplicação na tecnologia podem produzir uma série de efeitos e de consequências não pretendidas ou mesmo perversas. É nesse sentido que a direção da relação ciência/democracia se inverte, tornando necessária não apenas a mobilização de processos democráticos internos à comunidade científica (sob a forma de publicações, avaliação por pares etc.), mas também externos a ela (por exemplo, por meio de questionamentos quanto ao financiamento de pesquisas, quanto aos tipos de problemas considerados dignos de investigação ou quanto ao impacto dessas pesquisas na vida das pessoas). Em resumo, a ciência não pode ser percebida como um simples meio para se resolverem problemas políticos, mas também como algo que coloca questões que precisam ser respondidas politicamente.

Dito isso, é preciso não sucumbir ao cientificismo, que é a redução do conhecimento humano ao conhecimento científico, particularmente na educação. Se toda arte digna desse nome possibilita a ruptura de visões de mundo preestabelecidas, se a ética nos ajuda a pensar no que consiste uma vida que vale a pena ser vivida, se as ciências sociais nos ajudam a pensar nos sentidos da

solidariedade envolvida no viver em sociedade, qualquer ideia de educação que não considere essas questões é uma contradição em termos. Quando programas como o *Escola Sem Partido* defendem que a educação deve ser prerrogativa da família e que o professor deve ser um mero instrutor, um “transmissor” de ideias supostamente objetivas, não percebem que, em seu afã de combater a “doutrinação”, sustentam uma concepção de escola que forma, por ironia, indivíduos especialmente predispostos a serem doutrinados e minam um dos pilares centrais da própria democracia, que é a autonomia do pensamento.

Atualmente, não só as ciências humanas mas também as ciências naturais e a medicina têm sido atacadas e deslegitimadas publicamente. A seu ver, a sociologia e a teoria sociológica têm alguma contribuição ou potencial peculiar para nos ajudar a compreender e explicar este momento de “crise da razão científica” e de ascensão dos negacionismos?

Certamente. Sem pretensão de exaurir essas contribuições, uma delas está ligada às teorias sobre processos de individualização naquilo que se tem concebido como modernidade tardia, modernidade reflexiva ou sociedade do risco. Autores como Anthony Giddens, Ulrich Beck e Elizabeth Gernsheim-Beck,⁵ por exemplo, deram pistas importantes sobre como mudanças na estrutura das famílias, a crise do Estado de Bem-Estar e a flexibilização do trabalho contribuíram para a transferência de responsabilidades, antes concebidas como institucionais, para os indivíduos. Se antes os indivíduos acreditavam que podiam agir com base em uma série de valores e normas institucionais, sem muita necessidade de reflexão, hoje somos “obrigados” a escolher a partir de uma quantidade cada vez maior de informações e de opções marcadas pelas noções de risco e de incerteza: no que devo acreditar? Como devo agir em um mundo que parece cada vez mais estranho e perigoso? Ao ter que recorrer aos próprios recursos subjetivos para lidar com um “mundo em descontrole”, para usar a expressão de Giddens,⁶ o indivíduo se depara com a exposição midiática de um sem-número de riscos gerados pela ciência e tecnologia (como a indústria bélica,

⁵ C.f. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. Também: BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres: Sage, 2001.

⁶ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

os organismos geneticamente modificados, o aquecimento global decorrente da ação humana). Depara-se também com riscos gerados pela ineficácia de muitas das soluções propostas por especialistas para problemas ligados ao mundo do trabalho, da saúde pública, da segurança, das questões ambientais, do sistema financeiro etc. Isso tudo aponta para o que alguns pesquisadores têm chamado de “paradoxo conhecimento-ignorância”, isto é, à medida que a compreensão pública da ciência se amplia, a ciência se torna mais problemática para o público, aumentando nossa dependência daquilo que Giddens chamou de “sistemas peritos”.

A “sociedade do risco”⁷ está profundamente ligada a dois elementos principais: a desintegração das certezas de uma sociedade industrial (ou, como aponta Danilo Martuccelli⁸, de sua fragilidade, no caso da modernidade periférica) e a produção de indivíduos que valorizam a iniciativa individual, a autonomia e o autoempreendedorismo. Para dar um exemplo prosaico, é cada vez mais frequente o indivíduo aparecer em uma consulta médica munido de uma série de artigos que encontrou no Google sobre sua doença, sentindo-se não apenas autorizado a se dar o próprio diagnóstico, mas, em alguma medida, responsável por fazê-lo. Se, por um lado, um fenômeno como esse pode estar ligado a demandas legítimas por uma maior participação dos pacientes na compreensão e decisões que envolvem seus corpos, por outro, também se apoia em processos de desresponsabilização institucional. Isso pode ser visto, por exemplo, no protocolo recente do Ministério da Saúde sobre o uso de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19, que obriga os pacientes a assinarem um termo de consentimento onde se declaram cientes de que não há evidências científicas robustas quanto à eficácia da medicação. Ao criar mais ambiguidade e zonas cinzentas sobre riscos, querelas entre cientistas etc., as instituições acabam se desresponsabilizando por suas ações.

Apesar disso, não se pode superestimar a desconfiança em instituições como a medicina e a ciência. Um estudo recente sobre a percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil⁹ mostra que a maioria dos brasileiros ainda tem uma visão essencialmente positiva, embora menos romantizada, dessas instituições. Além disso, consideram que médicos e cientistas de instituições públicas são as fontes de

⁷ C.f. BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

⁸ MARTUCCELLI, Danilo. *Existem indivíduos en el Sur?* Santiago: LOM Ediciones, 2010.

⁹ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Percepção Pública da C&T no Brasil - 2019. *Resumo Executivo*. Brasília, DF: 2019. 24p, 2019.

informação mais confiáveis - embora cerca de 90% dos entrevistados não tenham sido capazes de mencionar um único cientista ou instituição de pesquisa no país, nem mesmo as universidades públicas. Isso sugere que as universidades têm falhado em divulgar o conhecimento produzido em seus *campi*. Diferentemente de outros países, o Brasil não tem ainda uma tradição na figura do intelectual público que seja parte de uma política institucional de divulgação, e nosso jornalismo científico ainda é incipiente. Então, é legítimo se perguntar em que medida esse prestígio se traduz em influência... em que medida, quando os problemas práticos se colocam, a opinião do pastor da igreja não acaba contando mais do que a do economista... Mas eu não acredito que a solução para isso seja simplesmente excluir a população de processos ligados à ciência e tecnologia, porque, no fim das contas, há “pastores” e “pastores”... Para usar uma linguagem da teoria dos sistemas, o problema é como manter ou promover (particularmente em contextos como a América Latina) diferenciação funcional suficiente entre subsistemas como a ciência, a economia ou a religião, ao mesmo tempo em que se garante a comunicação entre eles. Isso coloca o problema de como fazer o conhecimento circular de maneira mais efetiva, inclusive o conhecimento sobre as incertezas, sobre os riscos, sobre aquilo que se ignora, evitando, ao mesmo tempo cair na visão ingênua de que há uma correlação simples e linear entre conhecimento sobre ciência e comportamento.

Uma outra linha de investigação também pode contribuir para dar conta dos processos de deslegitimação da ciência e da ascensão dos negacionismos. Ainda me valendo de uma linguagem da teoria dos sistemas, num contexto de hiperpolítica da sociedade como o que temos experimentado recentemente, subsistemas como a ciência, a educação e a mídia, pelo menos da forma como os concebemos, tendem a perder autonomia. Não resta dúvidas de que o baixo letramento científico facilita enormemente a adesão a teorias conspiratórias, negacionistas e todo tipo de conhecimento questionável (como quando cidadãos americanos passaram a gargarejar ou a beber água sanitária sob sugestão de Donald Trump). Mas isso não explica tudo. O próprio Beck apontou para os usos políticos do não conhecimento, inclusive daquele produzido na ciência, mas creio que a produção contemporânea

sobre temas como o populismo (Chantal Mouffe,¹⁰ Sophia Rosenfeld¹¹) ou o fascismo (Jason Stanley¹²) tem muito mais a dizer nesse sentido. Ao enfatizarem que o que está em jogo nas disputas políticas não é propriamente uma doutrina ou um conjunto de crenças consistentes, mas uma lógica a partir da qual determinados termos podem ser continuamente ressignificados e adaptados a contextos diferentes, essa literatura ajuda a entender de que modo termos como “ciência”, “conhecimento” ou “educação” podem ser usados para justificar as mais diversas posições políticas. Em particular, esses trabalhos têm ajudado a refletir sobre a produção de novos regimes epistêmicos - ou seja, o que deve contar como conhecimento e como verdade -, ao se contraporem às fontes tradicionalmente legitimadas de produção cultural em seu sentido amplo. A luta por hegemonia desses novos regimes envolve, como temos testemunhado de forma especialmente brutal no Brasil, o ataque sistemático às universidades, a instituições de pesquisa como a Fiocruz e à mídia. Nesse sentido, isso que chamei de uma hiperpolítica da sociedade aparece claramente no projeto político ligado à “guerra cultural” ou à “metapolítica” da extrema-direita em países como o Brasil, uma forma de “*soft power*”, cuja estratégia envolve um deslocamento da política tradicional em direção à cultura (incluindo a ciência), que é o lugar no qual os valores e as preferências políticas são formados. É assim que todo tipo de teorias conspiratórias e negacionistas surgem e se disseminam. O cerne dessas teorias é a ideia de que nada é como parece porque existem “forças ocultas” que são manipuladas por grupos e indivíduos classificados como “inimigos do povo”, que escondem seus verdadeiros interesses por trás de um jargão tecnocrático. É por isso que há uma valorização do senso comum, da linguagem do “homem simples”, de um suposto “bom senso”, que prescinde de debates racionais para a formação de consensos. Na verdade, não é difícil introduzir esse tipo de hiperpolítica em qualquer domínio da realidade: tudo o que é necessário é o estabelecimento de uma polarização do tipo “nós” (o povo verdadeiro e autêntico) *versus* “eles” (os inimigos do povo).

¹⁰ C.f. MOUFFE, Chantal. “The ‘end of politics’ and the challenge of right-wing populism”. Francisco Panizza (ed.) *Populism and the mirror of democracy*. Londres e Nova York: Verso, 2005.

¹¹ C.f. ROSENFELD, Sophia. *Democracy and truth: a short history*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2019.

¹² C.f. STANLEY, Jason. *How fascism works: the politics of us and them*. Nova York: Random House, 2018.

Assim, embora existam muitas diferenças entre o negacionismo assombroso de um Olavo de Carvalho (que já disse que a pandemia da Covid-19 não existia e que não havia nenhum caso confirmado de morte por coronavírus) e a defesa heroica de um tratamento à base de hidroxicloroquina e azitromicina por um Didier Raoult (com base na crítica aos “*big data*” e à ideia de que este não é o momento de se fazer uso de “metodologias clássicas”), há, entre esses posicionamentos, uma estrutura lógica comum, ancorada em dois pilares. O primeiro refere-se a um pensamento “antissistema”, baseado na convicção de que um mundo habitado por inimigos (cientistas, jornalistas, acadêmicos, a OMS, a China etc.) tem privado ou enganado o “povo” acerca da real distinção entre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal. O segundo pilar refere-se à crença de que a única forma de se resolverem os problemas é revelando a “conspiração” dos inimigos. Nesse sentido, interessa menos o conteúdo dessas crenças que a forma como elas são mobilizadas de modo a criar uma divisão nós/eles, amigo/inimigo. Se Olavo de Carvalho ocasionalmente externa uma posição marcadamente anticiência, Raoult fala em nome do que concebe como a verdadeira ciência. Além disso, esses discursos negacionistas podem ser mobilizados por atores de posições opostas no espectro ideológico, a exemplo de Jair Bolsonaro, no Brasil, e de Andrés López Obrador, no México.

A questão é entender as relações entre uma concepção hipercrítica dos valores e procedimentos relativos à ciência e a própria anticiência, que podem se unir em torno de movimentos antissistêmicos de apelo populista “contra tudo isso que está aí”. Em muitos casos, o que está em jogo é uma espécie de manobra estratégica voltada para a criação de dúvida e de dissenso para deslegitimar fontes “tradicionais” de conhecimento e de informação, o que nos leva a uma terceira linha de investigação: os estudos contemporâneos sobre agnotologia (a produção e distribuição social da ignorância com fins políticos ou econômicos, na formulação de Robert Proctor¹³) e, de forma mais geral, sobre desconhecimento e não conhecimento. A diferença entre esses estudos é que não basta pensar as relações entre conhecimento/desconhecimento e os interesses políticos ou econômicos que constituem o alvo dos estudos sobre agnotologia. Também é necessário reconhecer que a ignorância não pode ser reduzida a um mero “desvio” na produção de

¹³ PROCTOR, Robert N. (2008). “Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study)”. Robert N. Proctor e Londa Schiebinger (eds.). *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*, 2008.

conhecimento, mas que se trata de um fenômeno normal, característico de nossa localização social e que pode, inclusive, ter características benéficas (pense, por exemplo, na importância dos estudos duplo-cegos para algumas áreas da ciência) ou voltadas para preocupações éticas. De acordo com muitos desses estudos, conhecimento e ignorância não são elementos opostos e incomensuráveis, mas duas faces de uma mesma moeda, que se relacionam de forma muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista - daí, inclusive, a dificuldade de se pensar o que está em jogo nesses movimentos de deslegitimação.

Gostaríamos que você discorresse um pouco sobre como surgiu o interesse pela temática da produção social da ignorância e dos negacionismos. Enquanto especialidade e tema de pesquisa, como se encontra, hoje, essa área de estudos?

No meu caso, o interesse veio de duas questões distintas, ambas ligadas a gênero. A primeira diz respeito à sub-representação das mulheres na teoria social, o que é interessante, já que a sociologia é uma das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mais equilibradas em termos de composição de gênero. Em um padrão semelhante ao que vem sendo identificado na filosofia por um grupo de pesquisadoras da Unicamp ligadas a Yara Frateschi, Carolina Araújo e Monique Hulshof, a teoria social é a subárea das ciências sociais que mais se assemelha à divisão por gênero nas ciências da natureza. Mas existe uma diferença entre filosofia e ciências sociais: na filosofia, a menor presença de mulheres ocorre já na graduação, enquanto nas ciências sociais a divisão parece ocorrer à medida que se dá a especialização por subáreas. Em ambos os casos, há uma ausência relativa de mulheres nas bibliografias dos cursos de graduação e pós-graduação - algo ligado à própria formação do cânone e que é reproduzido nos planos de curso. Também há uma menor presença de mulheres em mesas-redondas e grupos de trabalho (GT) de teoria social em eventos como os congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) ou da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs): o GT de teoria social da Anpocs, que tem dois coordenadores por ano, só teve duas mulheres na coordenação, ao longo de seus 22 anos de existência; já o de teoria social do último congresso da SBS, ocorrido em

2019, teve um total de 12 apresentações realizadas por mulheres e de 38, por homens (considerando apenas os primeiros autores).

Esse tipo de questão despertou meu interesse em duas áreas recentes da epistemologia feminista: os estudos sobre desigualdades epistêmicas (desenvolvidos por autoras como Miranda Fricker para explicar processos discriminatórios e/ou de autoexclusão das mulheres nesse tipo de fórum) e os estudos sobre agnotologia, voltados para os processos de invisibilização e/ou apagamento de determinados tipos de conhecimento. Embora o gênero seja uma dimensão estruturante da vida em sociedade, o conhecimento sobre isso é percebido como uma espécie de Outro da teoria social: enquanto a teoria social é percebida como o universal, o geral, o não específico, as teorias feministas e de gênero aparecem como o particular, o específico, o peculiar. O problema com essa divisão é que ela tende a ignorar não apenas o caráter estruturante do gênero, mas também que a dimensão crítica ou reflexiva dessas teorias implica o questionamento de pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos e normativos que informam nossas concepções de conhecimento, de ser humano, de igualdade, de justiça, de liberdade, de sujeito, de agência, de poder - ou seja, de questões centrais à teoria social.

A outra questão que me levou a esse tema veio de uma certa perplexidade em relação à produção acadêmica em torno do discurso sobre “ideologia de gênero” da nova direita global. Como sabemos, a expressão “ideologia de gênero” vem sendo usada como termo de abuso para se contrapor a uma série de políticas de redução de desigualdades baseadas no conceito de gênero. Mas a academia, ao mesmo tempo em que vem produzindo trabalhos genealógicos de muito boa qualidade para dar conta das forças político-morais que possibilitaram a emergência desse discurso antigênero, também tem produzido um silêncio retumbante sobre a existência e o uso do conceito nas ciências sociais. Como argumentei em um artigo recente,¹⁴ muito antes de ter sido cooptado por grupos ligados à nova direita global, o termo ideologia de gênero vinha sendo usado pelas ciências sociais em pelo menos dois sentidos diferentes: o primeiro dizia respeito ao sentido crítico ou prescritivo do conceito de ideologia, associado a termos como inversão, distorção, mistificação, reificação, alienação, dominação, interpelação, subjetivação etc.; o segundo, a uma concepção

¹⁴ HAMLIN, Cynthia (no prelo). "Ideologia de gênero: uma análise de seus sentidos em disputa". *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ.

descritiva ou neutra de ideologia, associada a termos como sistema de pensamento, sistemas de crenças ou sistemas simbólicos, ligados à sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. Assim, o conceito de ideologia de gênero (e outros, como "ideologia dos papéis sexuais" ou "ideologia do caráter feminino") vinha sendo usado na academia desde pelo menos a década de 1940 para se referir a duas coisas: (1) a descrição de atitudes consideradas "femininas" ou "masculinas" por determinados grupos de pessoas em domínios como a economia, a divisão do trabalho, a política etc. e (2) um conjunto de crenças que serve para sustentar ou legitimar as desigualdades de gênero. Autoras de diferentes matizes teóricos, como Viola Klein, Mirra Komarovsky, Arlie Hochschild, Heleieth Safiotti, Teresa De Lauretis, Patricia Hill Collins, Raewyn Connell etc. fizeram uso do conceito de forma a revelar o caráter socialmente construído de noções como masculinidade e feminilidade e, assim, demonstrar que não há nenhuma determinação biológica nas desigualdades que decorrem dessas concepções. Nesse sentido, a produção acadêmica sobre ideologia de gênero consiste em uma negação veemente do discurso antigênero voltado para o desmantelamento das políticas de redução de desigualdades por parte da extrema-direita.

Embora seja legítimo nos perguntarmos em que medida ainda vale a pena fazer uso de um conceito tão contaminado por sentidos alheios aos desenvolvidos na academia, o silêncio acerca dessa produção não me parece justificado e certamente não traz um bom prognóstico para a academia, se sua estratégia principal consistir em aceitar que os termos do debate sejam pautados pela distorção ou pelo apagamento de seus conceitos. O ponto é que, ao invisibilizar essa produção, contribuimos, ainda que involuntariamente, para o apagamento de uma série de trabalhos que ajudaram a pavimentar o conhecimento que nos permite, hoje, questionar a política sexual da nova direita. Além disso, qualquer teoria ou pesquisa que se baseie exclusivamente em vantagens políticas percebidas vai ser chamada, mais cedo ou mais tarde, a se justificar. O que está em questão, aqui, é uma espécie de coprodução paradoxal de conhecimento e não conhecimento, que constitui um aspecto importante dos estudos sobre ignorância.

Os estudos sobre esse tema se tornaram mais sistematizados a partir de pesquisas sociológicas como as de Michael Smithson, que se refere à "construção

social da ignorância”,¹⁵ e de pesquisas em história da ciência, como as de Robert Proctor. Obras como *O Holocausto Dourado*¹⁶ ou *Os Mercadores da Dúvida*¹⁷ descrevem como alguns cientistas de renome se alinham a grupos de interesse para produzir dúvida e confusão entre o público leigo, fosse em questões como a relação causal entre fumo e câncer de pulmão, fosse em questões como os efeitos do aquecimento global, da chuva ácida e da diminuição na camada de ozônio. De modo geral, a estratégia envolvida era tentar estabelecer a “ausência de evidências conclusivas” acerca dessas correlações e a necessidade de se investigarem determinadas questões mais a fundo - ainda que sociólogos como Peter Berger¹⁸ tenham enfatizado elementos mais claramente políticos, como o caráter potencialmente “totalitário” das leis antitabagistas, de forma muito semelhante ao que vem ocorrendo com o uso das máscaras durante a pandemia de Covid-19 nos EUA e no Brasil. Isso não necessariamente equivale a uma postura negacionista *tout court* ou fundamentada em *fake news* - embora também possa envolver essas coisas. Também não equivale ao silenciamento ou esquecimento de determinados autores ou teorias, como ilustrado em minha própria pesquisa sobre ideologia de gênero. Além disso, representa justamente o oposto da postura de um Didier Raoult, que, em nome da urgência de um fenômeno como a pandemia de Covid-19, afirmou em uma entrevista que seria “negligência médica” não oferecer cloroquina contra “o vírus chinês” (como ele gosta de chamar), qualificando as pesquisas sobre doenças infecciosas que questionavam sua eficácia como “focacas” que não lhe interessavam¹⁹ - isso apesar de sua adesão ao movimento antivacina e ao negacionismo climático. Por fim, a estratégia da indústria do tabaco também não é idêntica à proliferação recente de periódicos predatórios ou à confusão recente no seio das grandes editoras de periódicos científicos, que, diante da urgência da crise atual, tem disponibilizado uma quantidade incrível de *pre-prints* (trabalhos ainda

¹⁵ SMITHSON, Michael. **Ignorance and Uncertainty: emerging paradigms**. Nova York, Berlim, Heidelberg, Londres, Paris e Tóquio: Springer-Verlag, 1988.

¹⁶ PROCTOR, Robert. **Golden Holocaust: origins of the cigarette catastrophe and the case for abolition**. Berkeley: University of California Press, 2011.

¹⁷ ORESKES, Naomi; Conway, Erik M.. **Merchants of Doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Nova York: Bloomsbury Press, 2010.

¹⁸ C.f. BERGER, Peter. **Adventures of an accidental sociologist: how to explain the world without becoming a bore**. Nova York: Prometheus Books, 2011.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.20minutes.fr/sante/2727411-20200226-coronavirus-faute-medicale-donner-chloroquine-contre-virus-chinois-selon-professeur-didier-raoult>>.

não avaliados por pares), ou exigido prazos de avaliação que colocam sob suspeita a própria qualidade dos pareceres emitidos.

Também existem casos em que não há nada de necessariamente antiético ou metodologicamente equivocado nas pesquisas e, ainda assim, produzem-se vieses que comprometem o conhecimento por causa de conflitos de interesses que podem ser bastante indiretos. Um exemplo é a tendência, em estudos financiados pela indústria farmacêutica, de corroborar a eficácia de determinadas drogas. Ora, ainda que essas pesquisas possam seguir todas as especificações éticas e metodológicas adequadas, não há interesse na publicação de pesquisas que refutem suas hipóteses iniciais. O resultado é uma sub-representação desse tipo de publicação. Esse problema, às vezes chamado de “efeito gaveta”, é tão sério que, a partir de 2003, o editor do *British Journal of Medicine* estabeleceu que seus autores declarassem todo tipo de possível conflito de interesse, comercial e não comercial - uma prática que atingiu as revistas de todas as áreas. Atualmente, as grandes revistas médicas do mundo exigem que os autores de testes randomizados financiados pela indústria farmacêutica (o que representa cerca de 75% desse tipo de pesquisa) declarem não só o papel dos financiadores no estudo em si, mas também na decisão de publicação. Obviamente que isso não resolve o problema todo, já que artigos não publicados não deixam visível essa influência.

Esses casos apontam para processos muito diferentes entre si. É por essa razão que a agnotologia passou a ser vista como apenas uma vertente dos estudos sobre ignorância e desconhecimento, estudos que têm se caracterizado pela interdisciplinaridade (psicologia cognitiva, psicologia social, administração, sociologia, antropologia, economia, comunicação, mídia etc.), assim como pela infinidade de formas que esses fenômenos podem assumir. A tese de doutorado de Lenin Barbara,²⁰ que analisa empiricamente duas manifestações muito diferentes da construção da ignorância (a homeopatia e o “masculinismo”), é um excelente exemplo dessa variedade temática. De modo geral, e para além de suas diferenças, esses estudos têm-se caracterizado cada vez mais pela recusa em perceber a ignorância como o simples oposto do conhecimento, como o vazio que o antecede ou

²⁰ BARBARA, Lenin Bicudo. *Investigações sobre a ignorância humana: uma introdução aos estudos da ignorância, acompanhada de um exame sociológico sobre a persistência da homeopatia e a consolidação do masculinismo ontem e hoje*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paul, 2018.

como uma espécie de privação que decorre do foco de interesse em outra coisa. O que eles compartilham é o fato de a ignorância - ou o desconhecimento, e não o conhecimento - ser tomada como variável dependente, como o fenômeno a ser explicado. Da mesma forma que o conhecimento, a ignorância pode ser tomada como uma realização ativa, como uma prática social que precisa ser compreendida.

Linsey McGoeey, relendo Sedgwick e Foucault, aponta para a necessidade de investigar tanto formas negativas (num sentido normativo) de ignorância como formas emancipatórias (“*emancipative ignorance*”), “onde a ambiguidade deliberada torna-se uma arma contra as certezas dogmáticas e as imposições esquemáticas”.²¹ Primeiramente, como você lê essa distinção? Em segundo lugar, qual é a sua opinião sobre a aproximação estabelecida entre ignorância e ambiguidade?

Parece-me que um dos pontos mais importantes da perspectiva de autores como McGoeey é que, de uma perspectiva pragmática, não existe uma fronteira clara e definida entre ignorância e conhecimento, na qual a ignorância assume necessariamente um valor negativo, e o conhecimento, um valor positivo. Já mencionei trabalhos que enfatizam como a ignorância pode ser mobilizada para obter vantagens políticas e/ou econômicas, por exemplo, quando a ignorância é mobilizada para desresponsabilizar determinados agentes de atividades consideradas ilegais ou baseadas em imperícia. Um exemplo emprestado de Sedgwick foi uma decisão do Departamento de Justiça Americano proferida na década de 1980, segundo a qual empregadores poderiam demitir empregados portadores de HIV/Aids, caso pudessem alegar ignorância sobre o conhecimento médico de que a doença não representava um risco à saúde de outros trabalhadores no ambiente de trabalho. Ou seja, a demissão de funcionários podia ser justificada com base na ignorância da ausência de riscos. Estratégias desse tipo podem ser vistas como formas negativas de ignorância.

²¹ MCGOEY, Linsey. Strategic unknowns: towards a sociology of ignorance. *Economy and Society*, 41:1, pp. 1-16, 2012.

Por outro lado, a ignorância pode assumir um valor positivo, podendo, inclusive, servir como imperativo moral - o que alguns autores chamam de "ignorância virtuosa". Reconhecer a própria ignorância sobre determinados assuntos não é somente uma condição da pesquisa científica e da educação, mas também da reputação científica, que está ligada a valores como uma certa sobriedade intelectual. Também existem muitas situações em que é preferível ignorar certas coisas: conhecimento que depende de experimentos antiéticos com animais ou seres humanos, a identidade dos candidatos em provas de concursos públicos ou dos sujeitos alocados nos diferentes grupos em estudos duplo-cegos etc. Casos como esses demonstram que o conhecimento pode, em certos casos, produzir viés e injustiça, ao passo que a ignorância pode reduzir essas coisas.

A distinção entre formas negativas e emancipatórias de ignorância serve para ilustrar os modos recíprocos e complexos como conhecimento e ignorância se relacionam: a ignorância e a incerteza sobre determinadas questões podem ou contribuir para o conhecimento ou se opor a ele. Assim - e acho que este é o ponto central no artigo a que vocês se referem -, o que realmente importa nesse tipo de estudo não é a construção de tipologias que fixam o significado do que é ignorância e do que é conhecimento, mas as formas extremamente dinâmicas dessa relação. Por mais paradoxal que possa parecer, a ideia é que a ignorância pode ser usada como um recurso para esconder, obscurecer ou distorcer a realidade, mas também pode ser usada para promover ou facilitar o conhecimento.

Pensemos no silêncio como uma forma de produzir ignorância ou não saber. A referência ao trabalho de Sedgwick ilustra uma estratégia oposta a algo que já mencionei em relação à minha própria pesquisa, quando disse que não acho uma boa ideia silenciar sobre o uso sociológico do termo ideologia de gênero, porque isso significa deixar que nossos discursos sejam pautados por grupos que procuram distorcer ou apagar os nossos conceitos com objetivos ligados à destruição das políticas de diminuição das desigualdades. Ao analisar a política da crise do HIV/Aids na década de 1980, Sedgwick demonstra a centralidade da divisão binária homo/heterossexualidade na gestão dessa crise, seus efeitos na percepção pública de pacientes da Aids - e a crença de que pessoas heterossexuais estavam imunes ao vírus. De forma a desestabilizar essas categorias e a minimizar seus efeitos negativos, Sedgwick se engajou numa recusa sistemática de responder a questões sobre sua

própria sexualidade, em uma espécie de “pedagogia do não conhecimento”, um silêncio que gera uma ambiguidade proposital para desafiar isso que vocês identificaram como “certezas dogmáticas e imposições esquemáticas” à identidade das pessoas. Em lugar da recusa ao silêncio, o uso estratégico do silêncio como recurso emancipatório.

A referência a autores como Sedgwick e Foucault também serve para deixar evidente que não há uma relação automática e linear entre saber/poder. A ignorância também pode ser “produtiva” ou “gerativa”, no sentido que Foucault empresta a esses termos. Mas acho que o que é importante perceber é que, para além da dimensão normativa enfatizada na pergunta que vocês me colocam, o foco dos trabalhos de McGoeey, sobretudo os mais recentes,²² dizem respeito à exploração deliberada da ignorância como estratégia de poder, com ênfase em grupos ligados à direita global.

Olhando para a realidade social brasileira dos últimos anos, que contextos e problemáticas você avalia como pertinentes e promissores para avançar uma agenda de investigação e pesquisa acerca do tema da ignorância e do negacionismo no Brasil?

Em termos mais urgentes, consigo pensar em pelo menos três, ligados ao negacionismo histórico, ao negacionismo climático e ao negacionismo sanitário. O *negacionismo histórico*, entre nós, migrou de seu sentido tradicional, relativo à negação do Holocausto, em direção à negação da ditadura militar. A primeira negação é de ordem semântica e diz respeito à própria aplicabilidade de termos como “ditadura” e “golpe” para se referir ao período 1964-1985: o que teria ocorrido seria uma “revolução” popular “cívico-militar” para impedir uma suposta ditadura comunista, acabar com a corrupção e garantir a verdadeira democracia no país. A segunda negação, atrelada à primeira, é de ordem epistêmica e questiona a própria autoridade dos historiadores. Em uma entrevista ao *Jornal Nacional* no período pré-eleições de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro chegou a afirmar que deixassem os historiadores para lá e perguntassem aos mais velhos como era melhor viver no

²² C.f. MCGOEY, Linsey. *The unknowers: how strategic ignorance rules the world*. Londres: Zed Books, 2019.

regime militar²³. A afirmação, em consonância com a lógica populista do “homem do povo”, que se contrapõe aos “especialistas”, ganha força diante da ausência de um esforço consistente e sistemático por parte do Estado brasileiro em examinar e publicizar questões como a censura, a tortura e o assassinato de inimigos do regime. A título de exemplo, durante o governo Dilma Rousseff, a Comissão da Verdade começou a revelar os crimes contra a humanidade cometidos no período; em reação, começou-se a produzir, de forma ativa, uma espécie de “contra-verdade”, ao elevar o único condenado oficialmente, o Coronel Brilhante Ustra, à condição de herói. Reproduz-se também o mito de um período de prosperidade econômica e de ausência de corrupção, que tem servido de combustível para grupos que defendem o fechamento do Congresso e a volta dos militares ao poder, ou mesmo um certo anestesiamiento da população diante de falas como a do vice-presidente da República Hamilton Mourão sobre a possibilidade de um “autogolpe” presidencial com apoio das Forças Armadas.

O *negacionismo climático*, por sua vez, tem-se manifestado sobretudo no desmantelamento das políticas ambientais, como ficou evidente na fala de Ricardo Salles, na famigerada reunião ministerial, em abril deste ano, de aproveitar a pandemia para passar uma série de reformas em favor de causas como o agronegócio. Embora o Acordo de Paris, voltado para a minimização dos impactos ambientais sobre o aquecimento global, tenha sido ratificado pelo Brasil, é significativo que Bolsonaro tenha escolhido dois negacionistas climáticos para o Ministério do Meio Ambiente e das Relações Exteriores (Ricardo Salles e Ernesto Araújo, respectivamente) e que as seções desses ministérios ligados às mudanças climáticas tenham sido abolidas. O ataque a cientistas - como foi o caso de Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe), acusado por Bolsonaro de divulgar dados falsos sobre o desmatamento da Amazônia e de estar a serviço de alguma organização não governamental -, a perseguição a fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob a acusação de alimentarem uma “indústria da multa”, a militarização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) etc., todas essas questões apontam para os usos políticos do negacionismo, usos que têm colocado o Brasil em uma posição extremamente frágil

²³ Ver OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “O Negacionismo Científico Olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico”. In: KLEIN, Bruna; PEREIRA, Mateus e ARAÚJO, Valdeí (orgs). *Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Ed. Milfontes, 2020.

no cenário mundial e que pode, inclusive, ter consequências econômicas profundamente contrárias ao pretendido.

Por fim, o *negacionismo sanitário*, que se tem manifestado em questões que vão desde as demissões de dois ministros da saúde (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich) - que se mostraram reticentes em apoiar o uso de protocolos com base em medicamentos sem comprovação científica ou a adotar políticas como o isolamento vertical - a declarações que minimizam a gravidade da pandemia (“é só uma gripezinha...”), passando por tentativas de censura na divulgação de dados relativos ao número de infecções e mortes, promoção de aglomerações etc. Aqui, diferentemente do que ocorre em relação ao negacionismo climático, há uma maior participação de cientistas e, em especial, de médicos, na produção desses discursos - a exemplo do já citado Didier Raoult e de grupos como os *Médicos por la Verdad*, presentes em países como a Espanha, a Argentina e o Uruguai. No Brasil, temos os *Médicos pela Vida* (figuras quixotescas, que confundem moinhos com “dragões covidianos”) e os *Doutores da Verdade*, ambos apelidados pela imprensa de “cloroquiners”. Mais recentemente, alguns desses grupos passaram de uma defesa direta da eficácia de determinadas drogas para uma estratégia mais bem conhecida da indústria do tabaco: o questionamento de procedimentos estatísticos das pesquisas que atestavam a ineficácia de tais medicamentos, a fim de plantar a dúvida e o dissenso. O que parece estar em jogo, nesse caso, é a substituição da dúvida como parte do *ethos* científico pela produção da dúvida como estratégia política.

Todas essas formas de negacionismo, que inicialmente aparecem de forma localizada, generalizam-se e acabam por legitimar a produção e distribuição de *fake news* em escala quase industrial.

Que relações você percebe entre uma dinâmica abrangente de questionamento da ciência e da verdade no interior da teoria social, sobretudo a partir dos anos 1960, e a pós-verdade/autoverdade marcantes do mundo contemporâneo? Poderíamos pensar em termos de dupla hermenêutica?

A hermenêutica filosófica era bastante crítica à ciência - em Heidegger, isso é muito claro.²⁴ Para ele, a ciência era uma forma de vida que perdeu a conexão

²⁴ C.f. HEIDEGGER, Martin. *The essence of reasons*. Evanston: Northwestern University Press, 1969.

com formas mais importantes de ser-no-mundo. A ciência era vista como uma moldura alienante que atribuía sentido à realidade de uma perspectiva exterior e que extinguiu o significado. Os cientistas que adotaram essa forma de vida como seu habitat natural perderam a conexão com a realidade ao substituí-la por um "véu" de símbolos e pela matemática. Quando, mais tarde, Derrida traduz a *Destruktion* de Heidegger em termos de Desconstrução, ele, como Gadamer o fez por outras vias, mostra que o acesso à realidade é desde sempre mediado pela linguagem e, como consequência, nunca podemos ter acesso às próprias coisas. A sociologia da ciência pode ser considerada uma variante dessa abordagem, mas, em vez de desconstrução, fala de construção social e, em vez da linguagem, enfatiza a sociedade. A verdade é socialmente construída ou, como se diz hoje, "fabricada", o que significa que ela é uma convenção localmente produzida e que, para entender aquilo que os cientistas fazem em seus laboratórios, é preciso entender suas práticas em termos de uma forma de vida particular - uma entre outras. Ao trazer a noção de relativismo cultural dos antropólogos, sociólogos como Latour e Woolgar, Lynch e Knorr-Cetina passaram a observar os laboratórios como se observassem tribos aborígenes.²⁵ Os experimentos científicos foram comparados a técnicas de magia: determinados protocolos são seguidos, algumas fórmulas sagradas são pronunciadas, e o resultado é mais ou menos previsível. Claro que, assim como na magia, as coisas nem sempre funcionam: sempre há espaço para a contingência e para as disputas.

Apesar disso, eu acho que os ataques contemporâneos à ciência têm menos a ver com a interpretação que os atores leigos fazem da relação entre ciência e verdade feitas por um Heidegger, um Gadamer, um Foucault ou um Latour do que com o uso deliberado da mentira, da desinformação e da distorção dos fatos por parte de determinados grupos de interesse. Isso porque, ainda que a desconstrução e o construtivismo na filosofia e nas ciências sociais fossem formas de questionar os limites da autoridade da ciência, o alvo não era a destruição da ciência enquanto tal - eram mais propriamente anticientificismo do que anti-ciência. Além disso, o que eles buscavam era politizar e democratizar a ciência, ao submetê-la à vigilância da sociedade.

²⁵ C.f. LYNCH, Michael. *Scientific practice and ordinary action: ethnomethodology and social studies of science*. Cambridge: CUP, 1997.

Giddens usa o termo “dupla hermenêutica” para distinguir entre ciências naturais e ciências sociais. Nas ciências naturais, a hermenêutica se limita à interpretação teórica dos dados. Nas ciências sociais, os dados são, desde sempre, pré-interpretados, de modo que o cientista social interpreta as interpretações de outros. Em trabalhos mais recentes, Giddens fala de “reflexividade institucional” para indicar como, na modernidade tardia, a ciência se imiscuiu na vida cotidiana. Trinta anos mais tarde, podemos perceber que a reflexividade institucional tem-se transformado em hiper-reflexividade. Tudo acontece como se as técnicas interpretativas da desconstrução filosófica e da construção social da verdade tivessem saído dos departamentos de filosofia e de ciências sociais para se tornarem massivamente difundidas na vida cotidiana. O problema é que o conceito de pós-verdade utilizado por filósofos como Steve Fuller,²⁶ por exemplo, diz respeito a uma discussão epistemológica interna à filosofia e à ciência. A forma como o termo se popularizou quando o *Oxford Dictionary* elegeu a pós-verdade “a palavra do ano”, em 2016, confunde-se com a discussão sobre *fake news*, ao defini-la como a ideia de que o apelo às emoções e as crenças pessoais é mais importante do que os fatos na formação da opinião pública. Embora as discussões sobre pós-verdade e *fake news* devam ser claramente distinguidas - as *fake news* se referem às tecnologias de engano das massas nas mídias sociais -, na prática, as duas têm sido combinadas em um ataque virulento à ciência e à expertise. As *fake news* aceleram a dupla hermenêutica, mas agora em sentido invertido: as mentiras do mundo da vida se servem das incertezas da ciência para criar uma espécie de realidade paralela. Os estudos em sociologia da ciência defenderam a pós-verdade, mas nunca adentraram o domínio das *fake news* - se o fizessem, de fato teriam contribuído para o negacionismo científico. Mas, não por acaso, autores como Latour²⁷ têm-se empenhado em argumentar que há uma diferença fundamental entre o negacionismo e a compreensão do público acerca dos limites, vantagens e desvantagens da ciência em um momento como a crise do coronavírus. Para ele, posições como as defendidas pela sociologia da ciência não tratam de um vale-tudo, mas de um relativismo

²⁶ C.f. FULLER, Steve. *Post-truth: Knowledge as a Power Game*. Londres e Nova York: Anthem Press, 2018.

²⁷ COSTA, Alyne; Roque, Tatiana. Entrevista com Bruno Latour. *n-1 Edições*, 132, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/132>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

saudável, que reconhece que, apesar dos embates e das brigas, os cientistas criam “pequenos consensos” em torno de diversas questões.

Dada sua relação com o realismo crítico, gostaríamos que você esclarecesse algumas questões à luz do contemporâneo ou orientada para um diagnóstico do presente: (I) Qual a diferença entre relativismo epistêmico e relativismo julgamental? (II) Quais as consequências políticas ou normativas de uma postura antirrealista, no que diz respeito à produção e legitimidade científica? E, por último: (III) Seria possível delinear uma ética a partir das proposições do realismo crítico?

Desde meu doutorado, tenho trabalhado com o realismo crítico, embora meus interesses recentes tenham me levado para outras paragens. Apesar disso, acho que ele representa uma perspectiva robusta contra a pós-verdade e outras formas de "pós-modernismo". A combinação de realismo ontológico, relativismo epistemológico e racionalidade de julgamento me parece a abordagem mais séria e sistemática para a integração de três perspectivas filosóficas que me são caras. Primeiro, o *realismo ontológico* permite distinguir as teorias de seus referentes. Isso significa que as coisas existem fora e independentemente das teorias, mesmo que só possam ser conhecidas por meio delas. Trazendo isso para um problema contemporâneo, o Sars-Cov-2: não importa se é definido como uma “gripezinha”, como um “vírus chinês” ou como “a maior fraude do século” - isso não tem nenhum impacto sobre suas propriedades intrínsecas. Claro que, como passamos do mundo natural para o mundo social, as coisas mudam: definições alternativas do vírus têm impacto no comportamento das pessoas e, em última análise, em questões como sua taxa de contágio. Isso nos leva à questão do *relativismo epistêmico*.

O realismo crítico foi capaz de incorporar o desconstrutivismo filosófico e o construtivismo social sem grandes dificuldades ou contradições. Se considerarmos que temos muitas interpretações possíveis da realidade sem que ela mude por isso, então podemos multiplicar as interpretações sem perder de vista o real. Se você aceita, por exemplo, que estruturas biológicas como o sexo podem se combinar com interpretações culturais variáveis dessas estruturas (gênero) sem se confundir com

elas, que há uma série de práticas que atuam sobre o corpo (sexualidade) e que ambas podem incidir sobre a biologia, é possível pensar nas relações entre essas coisas sem cair em reducionismos culturais ou biológicos. Trata-se de domínios distintos da realidade, que, embora possam exercer influência uns sobre os outros, não podem ser reduzidos a uma "essência" ou a um fundamento comum.

O terceiro elemento, o *racionalismo de julgamento*, intervém para "relativizar o relativismo" e ancorar novamente a ciência no realismo ontológico. Para colocar a questão de forma simplificada, esse elemento corresponde mais ou menos à teoria consensual da verdade de um Habermas, mas com um "corretor referencial", como apontado por Frédéric Vandenberghe:²⁸ não é suficiente a existência de um consenso; para se chegar à verdade, o consenso precisa ser sustentado por uma referência ao real. A ideia é que, no debate entre pares, as múltiplas versões e interpretações são corrigidas e alteradas, de forma que a mais plausível venha à tona.

Essa tríade nos permite defender a ciência, sem aderir ao cientificismo; defender o relativismo, sem cair no pós-modernismo e na pós-verdade; defender o bom-senso, sem cair no populismo. Além disso, cada um dos elementos da tríade tem implicações éticas e políticas importantes para pensarmos uma "ontologia do presente": o *realismo ontológico* é importante para pensar a questão ecológica e a problemática do antropoceno, sem cair no antropocentrismo; o *relativismo epistêmico* se encontra em todas as demandas das minorias ativas que demandam que suas vozes sejam ouvidas; o *racionalismo de julgamento* possibilita transcender os localismos e particularismos, ao introduzir com força algum modo de universalismo no debate. Resumindo, embora eu não esteja trabalhando diretamente com essa abordagem no momento, não dá para ignorá-la, não é?

Obrigado,

Natal (RN), 18 de maio de 2020.

²⁸ VANDENBERGHE, Frédéric. "The normative foundations of critical realism. A Comment on Dave Elder-Vass and Leigh Price". *Journal of Critical Realism*, 18, 3, pp. 319-336, 2019.